



Da esq. p/ dir.: Salles Alexis e Ton no The Royal, em Campinas

Ricardo Salles defende revisão no retorno de impostos federais para SP

O deputado federal Ricardo Salles (Novo) candidato ao Senado, defendeu uma revisão no retorno dos investimentos federais destinados ao estado de São Paulo. Durante declaração, dada em Campinas, utilizou a metáfora de uma locomotiva para ilustrar a desproporção entre o volume de impostos arrecadados pelos paulistas e o montante repassado de volta pela União. “Se o Brasil fosse um trem, São Paulo puxaria com força total. É paulista que produz, que trabalha, que mais contribui pros cofres públicos do país inteiro. Só que na hora de esse investimento voltar pro estado, São Paulo fica pra trás. Isso não é São Paulo contra os outros estados, é uma conta que não fecha e precisa ser corrigida”, afirmou no The Royal Palm Plaza, no evento intitulado Endireita Campinas, que reuniu lideranças políticas da legenda, tais como o candidato a vice-presidente, senador Eduardo Girão.

Panorama

Já o empresário campineiro Alexis Fonteyne, ex-deputado federal e candidato novamente à Câmara Federal, declarou: “O Brasil é nosso, falta só tomar posse dele. Chega de indignação que não sai do lugar, chegou a hora da ação. Corrupto e incompetente não representa o povo, representa só o próprio bolso. Em 2024 a desigualdade caiu pro menor nível da história, e isso é bom, mostra a força do emprego formal. Mas mesmo nesse ponto mais baixo, o Brasil seguia entre os países mais desiguais do mundo”.



O campineiro Ton Proêncio, vereador de Jaguariúna (Novo)

Solução proposta

Ainda segundo Alexis, “isso prova que programa social alivia, não resolve. O caminho de verdade é a inclusão social produtiva: liberdade econômica pra gerar emprego de qualidade e educação que prepare cada brasileiro pra crescer pelo próprio esforço, não pela dependência do governo. Quem trabalha, quem empreende, quem paga a conta todo mês, esse é o Brasil que precisa assumir o comando”. O campineiro Ton Proêncio, vereador de Jaguariúna, também ciceroneou o evento.

Região

Ton é candidato a deputado estadual pela legenda e afirmou: “chega de governo que sufoca quem empreende. Chega de governo que tira dinheiro do seu bolso e te deixa endividado. Chega de governo que quebra a economia, esvazia a saúde pública e solta bandido na rua enquanto a família fica trancada em casa com medo. O Brasil não aguenta mais quatro anos de PT. Chegou a hora de trocar medo por liberdade.”

PINGA-FOGO

Pixuleco devolvido

A 1ª Vara Federal de Campinas determinou o arquivamento do inquérito policial e a devolução de um boneco inflável a Eri-velton Marcos Proêncio, o Ton Proêncio, vereador de Jaguariúna e candidato a deputado estadual pelo Novo. A decisão encerra a investigação sobre suposta injúria ocorrida no início do ano em Valinhos.

Comitiva presidencial

A apuração teve início após a apreensão pela Polícia Federal de um boneco Pixuleco, com as feições de Lula, vestido como presidiário, durante uma manifestação política. Na ocasião, a comitiva presidencial transitava quando os agentes recolheram o objeto, sob a alegação de potencial ofensa à honra do presidente da República.

Liberdade de expressão

A defesa de Proêncio recorreu ao Tribunal para trancar o procedimento, sustentando a ausência de intenção criminosa e a proteção ao direito constitucional de manifestação, e a Justiça garantiu o livre exercício do protesto pacífico em ambiente público. O despacho da magistrada notificou a Polícia Federal para a devolução do boneco.

Protestos pacíficos

Com a conclusão dos trâmites administrativos e a devolução do material, a ação será finalizada sem sanções penais. Proêncio já buscou o boneco na sede da PF em Campinas, e o desfecho reafirma a jurisprudência que protege manifestações políticas e delimita a atuação da máquina pública perante protestos de cidadãos.

Processos

“Não é de hoje que recebo tentativas de censura de políticos, na política local já recebi processos. Quero dizer em alto e bom som que ninguém está acima da lei. Chega de tolerar quem se acha intocável. Em um país sério e democrático a oposição sempre tem o direito de se manifestar de maneira ordeira e pacífica”, diz Ton.

Ato pacífico, diz Justiça

“Seguirei firme defendendo a liberdade de expressão, a liberdade de questionar, a liberdade de escolher e a liberdade para prosperar. Chega de abusos!”, complementa o vereador. A apreensão do Pixuleco ocorreu em 3 de março, durante a passagem da comitiva presidencial, sem resistência por parte de Ton.



Estádio Moisés Lucarelli, sede da Associação Atlética Ponte Preta

Conselheiro da Ponte aciona Justiça pela votação da SAF

Até o fechamento desta edição, clube não enviou o posicionamento ao jornal

Por **Raquel Valli**

O advogado Gustavo Garcia Valio, conselheiro da Ponte Preta, ingressou com uma liminar na 9ª Vara Cível de Campinas para delimitar o objeto da Assembleia Geral Extraordinária (AGE) marcada para segunda-feira (24) exigindo que a diretoria do clube esclareça se a constituição da Sociedade Anônima do Futebol (SAF) ocorrerá por transformação da associação ou por cisão do departamento de futebol, impedindo que a votação seja utilizada como autorização genérica para a venda de ações ou transferência de controle a investidores.

A ação, ajuizada na quarta-feira (19), sob análise do juiz Guilherme Fernandes Cruz Humberto, não busca suspender nem cancelar a assembleia, mas informar qual modalidade específica de constituição da SAF será submetida ao voto dos associados. Caso a AGE aprove o conteúdo sem a devida diferenciação (transformação ou cisão) aprovará o que o Conselho Deliberativo já aprovou.

Por isso, a ação, impetrada na quarta-feira (19), sob análise do juiz Guilherme Fernandes Cruz Humberto, busca informar qual modalidade específica de constituição da

SAF será submetida ao voto dos associados.

Valio argumenta que a escolha entre transformação da instituição ou cisão do departamento de futebol altera substancialmente a estrutura jurídica do clube. Ressalta que aprovar a criação da SAF não equivale a autorizar a alienação de participação societária ou a venda do controle do futebol para grupos de investimentos.

A medida judicial ocorre em meio à divulgação pública de negociações envolvendo propostas de investimentos na ordem de R\$ 1,1 bilhão atribuídas à gestora Quadra Capital, que incluem aporte financeiro no futebol, quitação de passivos e modernização do Moisés Lucarelli. Na ação, Valio alerta para o risco de confusão entre a simples constituição formal da empresa e a aprovação implícita de negócios bilionários com terceiros. Dentre os pedidos liminares, requer-se a fixação de multa de R\$ 100 mil em caso da assembleia ocorrer sem as devidas informações.

O OUTRO LADO

O **Correio da Manhã** entrou em contato com o clube, mas, até o fechamento desta edição, não obteve o posicionamento da associação.